

Blom M. M. M.

Faz-de-Conta

JORNAL DO BRASIL

A desorganização das finanças públicas não produz apenas a inflação, que se alimenta da emissão de moeda, do endividamento público ou do aumento de impostos para financiar os déficits do Orçamento. A disposição do Estado brasileiro para gastar mais do que arrecada levou à paralisação de centenas de obras públicas por falta de recursos.

O levantamento sobre o setor elétrico, que aponta a existência de 15 usinas hidroelétricas e termoeletricas inacabadas, indica um prejuízo de US\$ 1,2 bilhão anuais com os custos financeiros e a manutenção dos canteiros dessas obras, interrompidas em todo o país por falta de recursos. O contribuinte paga duas vezes sem previsão de receber os serviços.

A paralisação choca o contribuinte, que não entende a incompetência dos administradores do Estado brasileiro em deixar projetos caríssimos como o de uma usina hidroelétrica sofrerem a ação da ferrugem sobre a armação das barragens, ou o da Usina Nuclear de Angra 2 se arrastar por mais de uma década e consumir US\$ 2,6 bilhões sem que se tenha qualquer previsão da sua entrada em operação.

A origem dos desperdícios é o descaso brasileiro com o respeito aos orçamentos públicos. A Constituição federal e as Constituições estaduais determinam que o Executivo deve submeter sua proposta orçamentária ao Legislativo, e o mesmo ritual se aplica aos municípios. Depois de apreciar, emendar e aprovar o Orçamento, o Legislativo deve zelar pelo seu estrito cumprimento. Aí começa o jogo de faz-de-conta.

17 FEV 1994

O Executivo faz uma proposta irreal porque sabe que o Legislativo não costuma agir no Brasil como acontece nos países do Primeiro Mundo, onde cada deputado atua como um verdadeiro fiscal dos eleitores, vigiando os gastos públicos para evitar que a inflação (ou o aumento de impostos) venha a tirar renda do cidadão.

A falta de cumprimento sistemático dos orçamentos criou tal desordem nas finanças públicas brasileiras, que o Executivo e o Legislativo sabem que os orçamentos não passam de obras de ficção: como a inflação dispara, elevando a receita tributária, o Legislativo acabará autorizando o Executivo a aumentar os dispêndios, para consumir o excesso de arrecadação. Assim, se realimentam o déficit e a inflação.

Gastar apenas o que se arrecada é a primeira providência, mas não resolve o problema. Além da austeridade fiscal e monetária, é preciso mudar os costumes políticos no país. Todo novo administrador quer iniciar novas obras, mas raro é o que conclui projetos do antecessor. Além das motivações político-eleitorais, as investigações da CPI do Orçamento mostraram que são as obras novas que geram superfaturamento e gordas comissões que vão servir de alavanca a *caixinhas* de campanha.

Leis severas e mais transparentes sobre as licitações de obras públicas e a prestação de contas das campanhas eleitorais poderiam resolver boa parte do problema, mas a indignação do contribuinte tem um papel ainda mais importante a exercer na hora da eleição: a escolha de candidatos que estejam comprometidos com a proteção do bolso do contribuinte. Só assim o país se livra de obras faraônicas inacabadas.